



AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

Setor Bancário Norte Quadra 02 Bloco N 12º Andar Edifício CNC III telefone (61) 3312-6611

MINUTA DE EDITAL Nº 14212296 / 2024

ANEXO III - TEMPLATE EDITAL ANM VENDA DE BENS MINERAIS APREENDIDOS

SUJEITO A REVISÃO, A CRITÉRIO DA ANM

PESSOA FÍSICA E PESSOA JURÍDICA

PROCESSO Nº 48051.005811/2022-41

ÍNDICE

1. DO OBJETO
2. DO LOCAL, DATAS E HORÁRIOS DAS ETAPAS DO LEILÃO
3. DAS EXPOSIÇÕES DOS BENS MINERAIS
4. DA PARTICIPAÇÃO
5. DO CADASTRAMENTO PRÉVIO
6. IMPEDIMENTOS
7. DOS PREÇOS MÍNIMOS
8. DAS PROPOSTAS
9. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
10. DA DESCLASSIFICAÇÃO DE CLIENTE COMPRADOR
11. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO
12. DA DESISTÊNCIA
13. DA CONFIRMAÇÃO DA COMPRA
14. DA FORMA E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
15. DA ENTREGA DOS BENS ADQUIRIDOS
16. DA CONTESTAÇÃO
17. DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS
18. DOS ILÍCITOS PENAIIS
19. DA REVOGAÇÃO, ANULAÇÃO, ADIAMENTO OU PRORROGAÇÃO DO PRESENTE LEILÃO
20. DA ATA
21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
22. DO FORO

PREÂMBULO

A **AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM**, inscrita no CNPJ sob o nº. 29.406.625/0001-30 neste ato representada pela Diretoria Colegiada, tendo o Senhor Diretor-Geral da ANM, Dr. **MAURO HENRIQUE MOREIRA**, por meio da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO designada pela Portaria nº. XXX, de XXXX, publicada no D.O.U. de XXXX, torna público que, no local, data e horários indicados abaixo, fará realizar licitação, sob a modalidade de **LEILÃO ELETRÔNICO**, para a venda de bens minerais conforme Tabela no XXX, fruto de apreensão administrativa, com autorização judicial ou mediante antecipação de leilão com reserva de valor arrematado em depósito (art. 2º, inciso XXVII, Lei 13.575/2017), sob a guarda da ANM, pela **MAIOR OFERTA** na forma da Lei 14.133/2021, e demais disposições pertinentes à legislação abrangentes, bem como pelas normas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, por intermédio do Leiloeiro Oficial XXX, sediado em XXX.

1. DO OBJETO

1.1. O presente leilão tem por objeto a venda de bens minerais do catálogo constante no XXXX, com autorização judicial e com incorporação do bem à ANM, sob a guarda do Leiloeiro XXXX, pela maior oferta, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, Decreto 11.461/2023, Lei nº. 13.575 de 2017 e Portaria/DNPM (ANM) nº 160/2009, bem como pelas normas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação na modalidade Leilão realizada pela Agência Nacional de Mineração, por intermédio de Leiloeiro Oficial, está de acordo com o Contrato nº XX/XXX firmados entre a ANM e o Leiloeiro Oficial, firmado por inextingibilidade de licitação XX.

1.3. Fazem parte deste Edital os seguintes Anexos, que o integram e complementam, conforme abaixo:

a) Catálogo de Leilão.

2. DO LOCAL, DATAS E HORÁRIOS DAS ETAPAS DO LEILÃO

2.1. **INSPEÇÃO:** A fase de inspeção dos bens expostos será realizada no período de XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX, das XXh às XXh, nas dependências do(a) XXX, mediante agendamento prévio;

2.2. **APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL FECHADA** etapa de cadastramento dos clientes arrematantes e envio da proposta inicial fechada deverá ser realizada até o dia XXXXX em sítio eletrônico XXXX.

2.3. **ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E ENVIO DE LANCES** etapa de lances do Leilão será realizada no dia XX/XX/XXXX, das XXh às XXh, em sítio eletrônico XXXX;

2.4. **JULGAMENTO:** O resultado será divulgado no dia XX/XX/XXXX, durante horário de expediente, no sítio eletrônico XXX.

2.5. **RECURSOS:** A solicitação de recursos dos resultados poderá ser realizada no mesmo dia da divulgação do resultado, descrito acima, devidamente fundamentado.

2.6. **PAGAMENTO PELO LICITANTE VENCEDOR:** O pagamento será efetuado em conta XXXX, em nome do Leiloeiro Oficial XXX, até a data de XX/XX/XXXX;

2.7. **HOMOLOGAÇÃO:** Será efetuado em XX/XX/XXXX, publicado em sítio eletrônico XXXX.

3. DAS INSPEÇÃO DOS BENS MINERAIS

3.1. Os itens em oferta no presente Leilão são acondicionados em lotes que podem conter uma ou várias peças, conforme descrição constante no Catálogo de Leilão.

3.2. Os interessados pelos bens minerais, que são objeto deste certame, poderão examiná-los fisicamente no endereço XXX, mediante agendamento.

3.3. O agendamento para exame das amostras será realizado pelo cliente, devendo indicar o horário, contendo a informação de lotes de interesse, através de um dos seguintes canais:

3.3.1. Envio de e-mail do interessado para o endereço: xxx@xxxx.com.br;

3.3.2. Contato direto com o Leiloeiro Oficial, através do telefone (xx) xxxx-xxxx, de XXh às XXh.

3.3.3. No exame dos lotes será permitido manuseio, utilização de lente (lupa) sem a abertura do invólucro, com duração de até 30 minutos para o exame de cada lote, com acompanhamento de representantes da ANM e do Leiloeiro Oficial.

3.4. Para todos os demais lotes que não puderem ser verificados, em decorrência do quantitativo, serão fornecidos os laudos de avaliações.

3.5. Os bens minerais serão vendidos e entregues no estado e condições em que se encontram e sem garantia, não cabendo à ANM, ou ao Leiloeiro Oficial, nenhuma responsabilidade por qualquer modificação ou alteração que venha a ser constatada após o recebimento dos bens arrematados.

3.6. Pressupõe-se, no oferecimento de lance, o conhecimento das características e situações do bem, ou o risco consciente do arrematante, não cabendo, pois, qualquer reclamação posterior quanto à qualidade ou por vícios redibitórios vedados o abatimento no preço, pois, no caso de gemas, foram previamente examinados pelos licitantes, e dos demais há descrição detalhada dos itens, não cabendo, ainda, qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas, procedência ou especificação.

3.7. Não será permitida a abertura dos invólucros e das embalagens para retirada do bem mineral ou quantidade a granel, a título de "AMOSTRA".

3.8. O Presidente da Comissão Especial de Licitação poderá, por motivos justificados, retirar do LEILÃO quaisquer dos lotes, assim como para o caso de apregoamento agrupar, desdobrar ou reunir os lotes no mesmo leilão.

3.9. A descrição dos lotes sujeita-se às correções apregoadas no momento do leilão, para cobertura de omissões ou eliminação de distorções acaso verificadas.

3.10. O cumprimento de eventuais exigências de organizações oficiais ou privadas, previstas em Lei ou Regulamento próprio, inerente à comercialização dos produtos, tais como: certificados de qualidade, certificados de origem, laudos técnicos, ou qualquer outra ficarão a cargo do licitante, não cabendo qualquer responsabilidade à Administração, incluindo a Caixa Econômica Federal.

3.11. A realização de inspeção de amostras não se consubstancia em condição para a participação no leilão, ficando, contudo, os licitantes cientes de que após apresentação das propostas de lances não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprimento das obrigações, face ao desconhecimento das características e situações dos bens minerais.

3.12. Para o caso dos lotes de diamantes em bruto o arrematante deverá seguir o contido na Resolução ANM nº 106, de 2022, em especial a inscrição no Cadastro Nacional do Comércio de

Diamantes - CNCD (art. 6º). No caso de eventual exportação do(s) lote(s) arrematado(s) o arrematante, além do CNCD, deverá obter o Certificado do Processo de Kimberley (CPK) junto a ANM, de acordo com a supracitada legislação (arts. 14 ao 26).

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas regularmente constituídas, inscritas no Cadastro de Pessoa Física – CPF e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, devidamente habilitadas, desde que atendam às seguintes condições:

4.1.1. Pessoa Física, inclusive procuradores:

4.1.1.1. Ser Maior de 18 anos ou emancipada;

4.1.1.2. Ser titular de CPF em situação "REGULAR" na Receita Federal;

4.1.1.3. Não pertencer ao quadro de servidores da ANM, nem detentores de cargo comissionado que atue na área demandante do leilão;

4.1.1.4. Não pertencer ao quadro de empregados da Leiloeiro Oficial que atuem nas áreas gestoras e executoras do processo de Leilão, bem como seus cônjuges e companheiros;

4.1.1.5. Não ter relação de parentesco - cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau civil, com dirigente da ANM;

4.1.1.6. Não ter relação de parentesco- cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau civil, com Leiloeiro Oficial, com empregado do mesmo que atue nas áreas gestoras e executoras do processo de Leilão;

4.1.1.7. declarar a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração;

4.1.1.8. declarar o pleno conhecimento e a aceitação das regras e das condições gerais constantes do edital e da responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema diretamente ou por intermédio de seu representante, assumidas como firmes e verdadeiras.

4.1.2. Pessoa Jurídica, inclusive Procuradores:

4.1.2.1. Possuir CNPJ em situação "ATIVA" na Receita Federal;

4.1.2.2. Possuir certidão CNPJ em situação "REGULAR" na Receita Federal;

4.1.2.3. Atender a plenitude do disposto em item 4.1.1;

4.1.2.4. A participação no Leilão poderá ser por procuração particular com o fim específico para participar e/ou se credenciar em nome da pessoa e/ou realizar o pagamento da arrematação, com o reconhecimento de firma.

4.1.2.5. Quando se tratar de procuração particular, deverá respeitar o teor do artigo 654 do Código Civil, e detalhamento no item 15.13.

5. DOS PREÇOS MÍNIMOS

5.1. O preço mínimo de venda para cada lote é aquele constante no Catálogo do Leilão.

6. DAS PROPOSTAS

6.1. O cliente deverá oferecer propostas a partir do preço mínimo estabelecido para cada lote.

6.2. As propostas são oferecidas pelos interessados direto no sistema.

6.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao Leiloeiro Oficial e a ANM responsabilidade por eventuais danos decorrente do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.4. Será considerado vencedor o lance de maior valor ofertado para cada lote, sendo a apuração efetuada através do sistema de licitação, após o encerramento do horário destinado aos lances.

6.5. O licitante pode oferecer propostas para todos os lotes constantes do Catálogo de Leilão Atualizado.

6.6. Os participantes poderão ofertar mais de um lance para o mesmo lote, prevalecendo sempre o maior lance ofertado.

6.7. O licitante que desistir da proposta ofertada pode cancelá-la durante o período reservado para recebimento de propostas.

7. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Na classificação das propostas, o Leiloeiro Oficial, considera a de maior valor e, em seguida, o horário do registro do lance, sendo considerada para a classificação a ordem crescente dos horários de registro das propostas.

7.2. Na ocorrência de empate dentre os classificados em primeiro lugar por lote, com coincidência de valor e de horário de proposta, o desempate é definido mediante sorteio eletrônico.

7.3. São desconsideradas no Leilão:

7.3.1. As propostas que apresentem valor inferior ao preço mínimo informado no Catálogo do Leilão;

7.3.2. Os lances com valores iguais aos já registrados pelo licitante.

8. DA DESCLASSIFICAÇÃO DE CLIENTE COMPRADOR

8.1. A desclassificação ocorre nos casos em que as propostas forem ofertadas por cliente comprador impedido, conforme item 4.

8.2. Está desclassificado o cliente que não efetuar o pagamento de notas de arrematação no prazo para pagamento.

9. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

9.1. A apuração do resultado do Leilão será divulgada em sítio eletrônico XXX, e Diário Oficial da União.

10. DA DESISTÊNCIA

10.1. Se após o resultado do certame o arrematante desistir do lote que foi sagrado vencedor, além de perder o direito à arrematação, estará sujeito às penalidades previstas no Edital, conforme item 17.

10.2. Neste caso, os bens permanecem sob a responsabilidade do Leiloeiro Oficial.

11. DA CONFIRMAÇÃO DA COMPRA

11.1. A confirmação da compra ocorre mediante pagamento integral da nota de arrematação, cujo valor inclui o total de propostas vencidas pelo Cliente Comprador, acrescida das tarifas, incluso comissão do Leiloeiro.

12. DA FORMA E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. A nota de arrematação é disponibilizada no local de entrega dos lotes arrematados e deve ser paga integralmente no mesmo dia da divulgação do resultado.

12.1.1. Não é permitido o pagamento de valor inferior ao total da nota de arrematação.

12.1.2. No ato do pagamento, o Cliente Comprador deve apresentar documento de identidade.

12.1.3. A falta dos pagamentos caracteriza a desistência do Cliente Comprador e implica na aplicação das penalidades previstas no item 17 deste Edital.

12.2. **Das tarifas a serem pagas, sobre o valor arrematado, além do valor da arrematação:**

12.2.1. Tarifa de Leilão - corresponde a 5% (cinco por cento) do valor total das propostas vencedoras.

12.2.2. CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – A tarifa incidirá sobre o valor arrematado, a depender do caso, de acordo com a Lei nº 13.540/2017 art. 2º, item IV, para os bens minerais, devendo-se aplicar os seguintes percentuais:

12.2.2.1. Alíquota de 2% para diamante e demais gemas;

12.2.2.2. Alíquota de 1,5% para ouro.

12.2.3. ICMS - O valor do pagamento do ICMS será do local onde o bem mineral está depositado e de total responsabilidade do arrematante, que deverá procurar a Secretaria Estadual da Fazenda onde o bem mineral está depositado para pagamento de seu valor devido ou declaração de isenção, de modo que o bem mineral só será retirado com o comprovante de pagamento.

12.2.3.1. As providências relativas à comprovação do pagamento, isenção ou não-incidência do ICMS são de total responsabilidade do arrematante.

13. DA ENTREGA DOS BENS ADQUIRIDOS

13.1. A entrega dos lotes adquiridos ocorrerá na data e no local descritos descritos em Edital.

13.2. No ato da entrega dos bens arrematados, o arrematante deverá conferir os referidos lotes, quantidade, estado ou condições em que os mesmos estiverem.

13.3. Sendo constatada qualquer divergência e/ou irregularidade no lote arrematado, o fato deverá ser imediatamente informado, por escrito, aos técnicos responsáveis pela entrega, que adotarão as medidas legais cabíveis, não podendo o arrematante alegar qualquer irregularidade e/ou divergência após o recebimento do bem.

13.4. Todos os riscos de perecimento dos bens correm por conta do arrematante a partir do momento da entrega.

13.5. A liberação dos lotes para entrega ao Cliente Comprador vencedor fica condicionada à comprovação do pagamento total da nota de arrematação, do pagamento ou declaração de isenção do ICMS, do pagamento da CFEM, e demais tarifas.

13.6. Os Clientes Compradores devem apresentar, na retirada dos bens adquiridos:

Se Pessoa Física:

- a) Documento de Identidade;
- b) CPF;
- c) Nota de arrematação autenticada;
- d) Procuração Pública, se for o caso, com poderes específicos para este Leilão, conforme item 15 e subitens.

Se Pessoa Jurídica:

- a) Cópia autenticada do ato constitutivo e as devidas alterações, ou consolidação contratual e as devidas alterações, se for o caso;
- b) Cópia autenticada dos documentos dos sócios (documento de identidade, "CPF" e comprovante de residência) ou cópia autenticada dos documentos dos sócios administradores, no caso de Sociedades Anônimas;
- c) Documentos pessoais dos representantes legais (documento de identidade, CPF em situação "REGULAR" e comprovante de residência);
- d) Nota de arrematação e guia de pagamento;
- e) Procuração Pública, se for o caso, com poderes específicos para este Leilão, conforme item 15 e subitens.

Se Procurador:

- a) Documento de Identidade;
- b) CPF em situação "REGULAR" na Receita Federal;
- c) + Procuração Pública, com poderes específicos para este Leilão, conforme requisitos do item 15.7 e subitens;
- e) Comprovante de pagamento da guia de Nota de Arrematação.

13.7. A procuração para retirada de lotes deve ser pública, conforme especificado a seguir:

13.7.1. Deve conter poderes específicos para esta finalidade e expressos para cada Leilão, tanto para Pessoas Físicas, quanto para Pessoas Jurídicas, devendo conter, ao menos, o seguinte:

"_____ a quem confere poderes especiais para representá-lo(a) junto à ANM, podendo retirar os bens do lote _____ arrematados no leilão da ANM realizado no dia _____, conforme informado em edital, XXXX, bem como dar e receber quitações, preencher e assinar guias, formulários, cadastros, apresentar contestação, alegar e assinar o que for preciso, apresentar e juntar documentos em face de discordância em relação ao conteúdo recebido ou por outra razão que entender pertinente, relacionada ao(s) bem(ns) arrematados. É vedado o substabelecimento dos poderes ora conferidos. O presente Instrumento tem validade de XX () dias, a contar da data de sua emissão, se antes alguns ou todos os poderes ora conferidos não forem cancelados pelo(a) Outorgante, ou pelo(a) Outorgado(a), mediante comunicação por escrito."

13.7.2. A procuração deverá ser entregue com 48 hrs de antecedência da retirada dos lotes na agência Centralizadora do leilão.

- 13.7.3. É vedada procuração com outorga de poderes para mais de um procurador.
- 13.7.4. No caso de procuração emitida em outra localidade, o interessado deve reconhecer, no cartório local, a marca ou sinal identificador do tabelionato emissor.
- 13.7.5. É exigido do procurador a apresentação de cópia autenticada do seu documento de identificação e do documento do comprador/outorgante, além dos documentos listados no item 5.2 e seguintes e cópias autenticadas do ato constitutivo e suas alterações.
- 13.7.6. Quando o comprador for PJ, além dos documentos exigidos para Pessoa Física.
- 13.8. Os lotes pagos e não retirados pelo cliente comprador até o 5º (quinto) dia útil após a data da liberação ficam sob custódia do Leiloeiro Oficial e seu resgate, sujeito ao pagamento da tarifa de custódia.
- 13.8.1. Os lotes sob custódia não são passíveis de contestação.
- 13.8.2. A tarifa de custódia é cobrada com base no valor da arrematação do lote, no valor diário de XX, em pagamento à guarda do lote arrematado e não retirado pelo Cliente Comprador na data agendada.
- 13.9. Após a entrega do lote ao Cliente Comprador, é de sua inteira responsabilidade o transporte e a guarda dos bens arrematados.
- 13.10. O prazo previsto deste Edital poderá sofrer alteração em virtude de caso fortuito, de força maior ou de qualquer outro evento que venha a atrasar ou impedir temporariamente o transporte dos lotes até o local de entrega de garantias.
- 13.11. O leiloeiro oficial poderá não precisar o período necessário para equacionar os eventos mencionados no item 15.9 e se compromete a empreender todos os esforços para solucionar a pendência no menor prazo possível
- 13.12. Caso ocorram os eventos fortuitos mencionados, o prazo da custódia de lotes vendidos e não retirados, mencionado no subitem 15.1, inicia-se a partir da data em que foram efetivamente disponibilizados para entrega.
- 13.13. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do pagamento das Notas correspondentes aos lotes adquiridos em Leilão de garantias de penhor, o Leiloeiro Oficial fica autorizado a vender em Leilão o(s) objeto(s) que foram arrematado(s) e não retirado(s).

14. DOS RECURSOS

- 14.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a dez minutos, de forma imediata e após o término do julgamento das propostas, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.
- 14.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação ou da lavratura da ata de julgamento.
- 14.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.
- 14.4. O Leiloeiro Oficial, emitirá Parecer Técnico sobre a contestação do arrematante para subsidiar a decisão da Comissão Especial de Licitação, no dia determinado para o lance.
- 14.5. A Comissão Especial de Licitação é responsável pelo deferimento ou não da contestação.

14.6. A decisão em grau de contestação será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por escrito.

15. DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

15.1. A aplicação das penalidades ocorre para a Pessoa Física e/ou Jurídica que:

- a) Esteja em desacordo com as condições previstas neste Edital; e/ou
- b) Deixe de pagar a nota de arrematação, em qualquer das convocações, nas condições previstas neste Edital.

15.2. O arrematante, em caso de infração aos dispositivos contidos neste Decreto, estará sujeito às sanções administrativas previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e às demais cominações legais, além da perda de caução, se houver, em favor da Administração, com a reversão do bem a novo leilão, no qual não será admitida a participação do arrematante, conforme disposto no [art. 897 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015](#).

15.3. As penalidades são aplicadas pela Comissão de Leilão em nível nacional, para cada falta cometida e variam de acordo com a frequência das ocorrências acima, conforme segue:

- a) Multa;
- b) Bloqueio de participação.

15.4. A decisão em grau de contestação será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, no dia da licitação, por escrito e fixado no local onde a licitação ocorrerá.

15.5. O Cliente Comprador que não honrar o pagamento da nota de arrematação, será penalizado com a aplicação de multa e será bloqueado, além de ficar impedido de participar de novo Leilão.

15.5.1. O bloqueio do cliente comprador que não honrar o pagamento em Leilão realizada pela ANM ocorrerá de forma automática e sem a necessidade de intimação, uma vez que é decorrente de descumprimento de obrigação assumida pelo Cliente Comprador.

15.5.2. A responsabilidade pela verificação da inclusão do nome em cadastro próprio da ANM será do Cliente Comprador, tendo em vista que não haverá intimação por qualquer via.

15.6. O valor da multa corresponde a 5% (seis por cento) calculado sobre o valor total das propostas contidas na nota de arrematação emitida para o Cliente Comprador.

16. DOS ILÍCITOS PENAIIS

16.1. As infrações penais tipificadas na Lei 14.133/21 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

17. DA REVOGAÇÃO, ANULAÇÃO, ADIAMENTO OU PRORROGAÇÃO DO PRESENTE LEILÃO

17.1. A CAIXA pode revogar o presente Leilão por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-lo, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-lo ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba ao Cliente Comprador quaisquer reclamações ou direitos à indenização ou reembolso.

18. DA ATA

18.1. Encerrado o LEILÃO será lavrada no local ata circunstanciada, na qual figurarão os lotes vendidos, bem como a correspondente identificação dos arrematantes e os trabalhos de desenvolvimento da licitação, em especial os fatos relevantes.

18.2. A ata será assinada no término do evento, pelos membros da Comissão Especial de Licitação e Leiloeiro Oficial.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A participação do Cliente Comprador no presente Leilão implica a concordância, ciência e cumprimento de todos os termos e condições deste Edital.

19.2. A participação no presente Leilão é declaração tácita de que o Cliente Comprador não é abrangido por nenhuma das condições de impedimento mencionadas no item 4.

19.3. Os documentos exigidos neste Edital podem ser apresentados no original, publicação em órgão da imprensa oficial ou cópia acompanhada do original ou autenticada, para conferência pelo Leiloeiro Oficial.

19.4. Não são aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

19.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando tiver sido explicitamente disposto em contrário.

19.6. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital, em dia de expediente, na localidade em que está situado Leiloeiro Oficial.

19.7. Qualquer cidadão pode impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

19.7.1. Até o quinto dia útil que anteceder o recebimento das propostas, qualquer cidadão pode solicitar esclarecimentos e providências sobre este Edital perante o Leiloeiro Oficial.

19.8. É facultada à Comissão de Leilão ou à autoridade superior da ANM, em qualquer fase do Leilão, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

20. DO FORO

20.1. Para dirimir as questões oriundas deste Leilão será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal, na cidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Jackson Xavier Filho, Coordenador Nacional de Licitações**, em 03/09/2024, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.gov.br/anm/pt-br/autenticidade, informando o código verificador **14212296** e o código CRC **FCE6059B**.

